

Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. - CNPJ nº 23.419.923/0001-88

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Não auditadas) (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20) Despesas Gerais e Administrativas e de Vendas

	2022	2021
Gerais e Administrativas		
Serviços de terceiros	5.841	1.513
Assessoria jurídica	2.508	3.019
Contabilidade	247	405
Propaganda e publicidade	3.795	81
Assessoria de TI	638	654
Pessoal	9.433	6.262
Taxas e emolumentos	421	1.726
Depreciação e amortização	7.380	365
Outras	6.746	901
Vendas		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.995	862
Perda com recebíveis	-	560
Total	58.004	16.348

21) Resultado Financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	122	190
Juros ativos	500	8.036
Total	622	8.226
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(81.756)	-
Descontos concedidos	(42.879)	(81)
Tarifas bancárias	(495)	(164)
Juros Passivos por atraso	(16.281)	(1.982)
Realização do ajuste a valor presente	(9.512)	-
Outras	(181)	(35)
Total	(151.104)	(2.242)
Resultado financeiro, líquido	(150.482)	5.984

22) Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia, no ano de 2022 e 2021 apresentou prejuízo. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não foram registrados. A Companhia possui tributos diferidos ativos para fins de compensação tributária a partir de lucros futuros no montante de R\$ 8.858.

23) Instrumentos Financeiros - Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Classificação	2022		2021		
	Hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:					
Caixa e equivalentes ao custo amortizado					
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Nível 2	120	120	2.992	2.992
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Nível 2	2.821	2.821	5.788	5.788
Contas a receber	Nível 2	20.000	20.000	99.605	99.605
22.1) Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.					
Hierarquia do valor justo: A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia enquadram-se no Nível 2. 22.2) Considerações gerais: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Gestão de riscos financeiros: A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. 22.3) Derivativos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos. 22.4) Risco de crédito: É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais. A Companhia não detectou risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros, exceto					

para o contas a receber (Nota 5). **22.5) Risco de liquidez:** É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. A Companhia não detectou risco de liquidez relevante em seus instrumentos financeiros. **22.6) Risco de mercado:** É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI para os valores apresentados em caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras (Notas 3 e 4). **22.7) Análise de sensibilidade:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descrito a seguir: • Cenário-base: tem como base os níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro e o mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como as perspectivas do cenário macroeconômico. • Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. • Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. **Análise da Administração:** A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que remunera suas aplicações financeiras. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos da análise de sensibilidade:

Fator de risco	Risco	Cenário		
		Base	Adverso	Remoto
Diminuição do CDI		2,75%	2,06%	1,38%
	Instrumento	Base	Adverso	Remoto
Taxa de juros - CDI	Aplicações financeiras	2.901	2.881	2.862

Práticas ambientais: A Companhia está plenamente ciente de que suas instalações e atividades estão sujeitas a rigorosas regulamentações ambientais. Para mitigar os riscos associados a questões ambientais, a Companhia adota uma abordagem proativa, implementando procedimentos operacionais rigorosos e investindo em equipamentos de controle de poluição de última geração e sistemas avançados de monitoramento ambiental. Além disso, a Companhia segue práticas de gestão ambiental alinhadas com os padrões internacionais, buscando continuamente reduzir seu impacto ambiental e melhorar sua eficiência energética. A Administração está comprometida com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, promovendo a reciclagem, a reutilização de recursos e a redução de resíduos. A Companhia também realiza auditorias ambientais periódicas para garantir a conformidade com as leis e regulamentos ambientais, bem como para identificar oportunidades de melhoria contínua. Com base na avaliação atual das leis e regulamentos em vigor, a Companhia permanece vigilante e pronta para ajustar suas políticas e práticas conforme necessário, para assegurar o cumprimento de novas regulamentações e a minimização de qualquer impacto ambiental adverso. Este compromisso contínuo reflete a dedicação da Companhia em operar de maneira responsável e sustentável, integrando

princípios de governança ambiental, social e corporativa (ESG) em todas as suas operações. **24) Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros contratados que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

	Cobertura contratada
Ativos materiais	1.059.636
Riscos diversos	181.298
Total	1.240.934

25) Eventos Subsequentes: a) Postergamento do início do pagamento das debêntures: Em ata de Assembleia Geral dos Debenturistas, datada de 10 de abril de 2023, foi aprovado a concessão de waiver à Companhia no sentido de a securitizadora abster-se de decretar o vencimento antecipado das debêntures em razão de inadimplemento das obrigações pecuniárias, bem como dos respectivos encargos moratórios. Posteriormente, em ata de Assembleia Geral dos Debenturistas, datada de 1º de março de 2024, foi postergada a data de vencimento final das debêntures, que passaram a ser, respectivamente, em 18 de outubro de 2040 e 20 de outubro de 2040. Além disso, não houve alterações na taxa de juros diretamente. No entanto, foi aprovada a concessão de carência parcial no pagamento das parcelas de remuneração das debêntures e dos CRI para os anos de 2024 e 2025, o que implica a preservação das incorporações de juros durante esse período. Houve alteração no início do pagamento do principal, com a reestruturação da modalidade de amortização programada dos CRI, que se dará integralmente na data de vencimento final dos CRI. Foram alterados também o fluxo de pagamento de juros. Foi aprovada a concessão de carência parcial no pagamento das parcelas de remuneração das debêntures e dos CRI, estabelecendo que, para as parcelas vincendas entre janeiro de 2024 e dezembro de 2024, será pago apenas 60% dos valores devidos nas datas de pagamento. Para as parcelas vincendas entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025, será pago 75% dos valores devidos, com os valores compreendidos pelas carências sendo incorporados ao saldo devedor das debêntures e dos CRI nas respectivas datas de pagamento. **b) Negociação com o poder concedente:** A Companhia iniciou um estudo de reequilíbrio global do contrato de concessão, abrangendo diversas disciplinas. O objetivo desse estudo é prover melhorias no contrato, adequando-o às necessidades e exigências atuais. Essa iniciativa foi impulsionada pela recente troca do "gestor do contrato", que, a partir de 19 julho de 2023, passou a ser gerido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), conforme decreto municipal, substituindo a Secretaria Municipal de Subprefeituras (SMSUB). Com a mudança de gestão, a Companhia visa a especialização e profissionalização na administração dos serviços públicos concedidos. Isso promete trazer benefícios como maior transparência, eficiência e adequação às demandas contemporâneas. O estudo de reequilíbrio global buscará analisar detalhadamente vários aspectos do contrato, garantindo um equilíbrio justo e implementando melhorias contínuas que beneficiem ambas as partes envolvidas no acordo de concessão. Neste contexto, a Companhia está empenhada em ajustar e aprimorar os termos do contrato de concessão, proporcionando uma gestão mais eficiente e transparente, e alinhada às necessidades atuais do município. Até o momento, a Companhia não apresentou a solicitação do reequilíbrio à SP Regula.

André Teixeira Seibel - Diretor Estatutário

Contador Responsável: Fabio Roberto Benvindo - Contador - CRC 1SP255684/0-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Base para abstenção de opinião:** Conforme descrito na Nota 1(d) às demonstrações financeiras, existem investigações policiais em curso sobre a suspeita de transações em desacordo com a concessão pública, com alegação pelas autoridades de participação de possíveis representantes da administração da Companhia à época e de líderes de associações de comerciantes, bem como dos seus acionistas finais. Considerando o estágio de tais investigações, não foi possível determinar eventuais ajustes que possam vir a ser requeridos na posição patrimonial e financeira e no resultado das operações, bem como

qualquer outro elemento oriundo dessas investigações. Conforme descrito na Nota 1(g) às demonstrações financeiras, a administração da Companhia realizou diversos ajustes contábeis com o objetivo de adequar os ativos e passivos a situação patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022. Esses ajustes foram realizados em contrapartida do resultado do exercício findo nesta data, sem a segregação da parcela que se refere ao exercício corrente e a parcela que se refere a exercícios anteriores, nem com a composição analítica e suporte que permita a alocação de tais valores nos respectivos períodos de competência. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as receitas e as despesas sejam registradas no período de competência correto. Consequentemente, não foi praticável determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022, oriundos dos ajustes mencionados acima, que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1(e) às demonstrações financeiras, a Companhia vem trabalhando em renegociação de suas dívidas oriundas da sua operação e dívidas de obras, bem como buscando estratégias de fortalecimento na regularidade no recebimento dos seus aluguéis e redução na base de inadimplência, entretanto, tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações

e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 735.891 mil. Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 são apropriados. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da

Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 05 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/0-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 06/06/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/06/06/CIRCUITOCOMPRAS1576350206062024.pdf>
Hash: 17176209602480abc5614f41e1bd871361313a4f4b